

Manifestação contra o reajuste zero

O Fórum das Seis decidiu realizar uma grande manifestação contra a decisão do Cruesp de não reajustar os salários de docentes e funcionários das estaduais paulistas nesta data-base. O protesto será realizado na próxima segunda, dia 7 de junho, às 16 horas, em frente à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, dia da nova reunião entre o Cruesp e o Fórum.

Diante da proposta de reajuste de 16,4% apresentada pelo Fórum das Seis Entidades, os reitores das três universidades estaduais paulistas dizem não haver possibilidade de aumento, por enquanto, citando a baixa arrecadação do ICMS como o argumento final para o reajuste zero.



Daniel Garcia

Uma comissão mista formada pelo Cruesp e pelo Fórum analisará a evolução do ICMS e, até novembro, deverá chegar a uma proposta final sobre o reajuste. Somente a partir da evolução do imposto a discussão sobre o reajuste salarial será retomada com o Cruesp.

A reunião (foto) foi realizada na Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo. A pauta, entre outros itens, previa ainda gatilho salarial toda vez que a inflação atingisse 5%, propunha a manutenção dos aposentados nas folhas de paga-

mento das estaduais paulistas, e cobrava do Cruesp uma posição favorável ao aumento da quota atual de 9,57% para 11,6% do ICMS para as universidades estaduais paulistas, na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o próximo ano (LDO/2000).

O reitor da USP, Jacques Marcovitch, mostrou-se favorável à manutenção dos inativos na folha de pagamento da universidade. Segundo os representantes do Cruesp, antes de se oferecer aumentos salariais, a preocupação maior é manter o emprego e honrar o pagamento de todos os salários dos atuais docentes e funcionários.

Muitos dos tópicos da "Pauta Unificada de Reivindicações da Data-Base 99" não foram discutidos na reunião. A assessoria de cada uma das três universidades deverá elaborar respostas para todos estes itens e, posteriormente, o Cruesp deverá preparar uma resposta conjunta. Propostas, contrapropostas e negociações serão debatidas no encontro agenda-

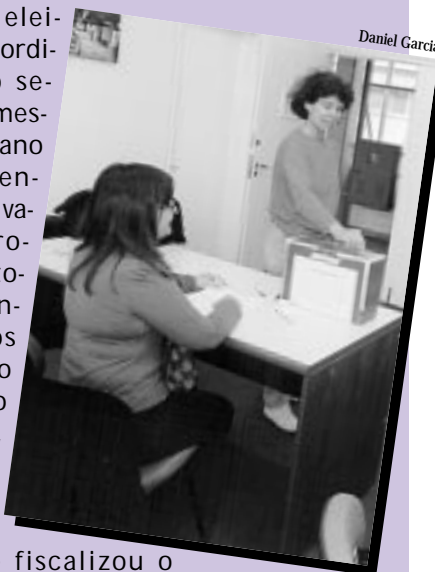
Eleita nova diretoria da Adusp

Foi eleita a chapa Participação para formar a nova diretoria da Adusp-S. Sind., para o período de junho de 1999 a maio de 2001. A posse será no próximo dia 25. A votação ocorreu entre os dias 26 e 27 de maio, sendo renovada também parte do Conselho de Representantes (CR) da entidade.

Em substituição ao atual presidente Jair Borin (ECA), foi eleito Marcos Nascimento Magalhães (IME). Para os demais cargos da diretoria, elegeram-se: Márcia Regina Car (1ª vice-presidente); Francisco Miraglia (2º vice-presidente); Norberto L. Guarinello (1º Secretário); Suzana Salem Vasconcelos (2ª Secretária); Lighia B. Horodyski-Matsushigue (1ª Tesoureira); Flavio Finardi (2º Tesoureiro); Marcos Sorrentino (Diretor Regional de Piracicaba); João Alberto Negrão (Diretor Regional de Pirassununga); e Clarice Sumi Kawasaki (Diretora Regional de Ribeirão Preto).

Em 25 unidades, contudo, não foram eleitos representantes para o CR, devendo-se

convocar eleições extraordinárias no segundo semestre deste ano para preencher estas vagas. O professor Antonio Domingues dos Santos, do Instituto de Física, membro da Comissão Eleitoral que fiscalizou o cumprimento das regras da eleição, vê a baixa participação dos docentes no Conselho como uma tendência na universidade. A seu ver, isso decorre do predomínio do individual sobre o coletivo.



Daniel Garcia

Ribeirão discute contratos precários

Por iniciativa da diretoria regional e com a mediação do diretor regional de Ribeirão Preto, Jairo Kenupp, foi realizado no dia 25 de maio um debate sobre os contratos docentes com o professor Gilberto Tadeu Shinyashiki, diretor do Departamento de Recursos Humanos, Maria Paula Dallari da Consultoria Jurídica e Marcos N. Magalhães, vice presidente da Adusp.

O professor Marcos abriu o debate cumprimentando a diretoria regional pela iniciativa e destacou que a questão dos precários não é uma questão meramente técnica. Salientou que é preciso discutir se interessa à universidade manter o clima de tensão existente em vários departamentos. Quanto às renovações periódicas dos contratos precários perguntou que tipo de avaliação é essa que só acompanha 40% do docentes? Lembrou ainda que, apesar da reitoria evoluir no entendimento de que precários devem ter direito à aposentadoria integral, é preciso que a reitoria se mova da posição de opinião para a real execução desse direito. Foi salien-

tado que a proposta da Adusp aprovada em plebiscito defende o uso de concurso público de cargos como forma de ingresso na carreira universitária. Argumentou que os três anos de experimentação previstos na Constituição Federal aliadas ao estágio probatório do RDIDP (6 anos) são garantias suficientes para preservar a qualidade dos novos concursados. Quanto aos atuais precários, a proposta da Adusp prevê a contratação por prazo indeterminado para aqueles que têm (ou terão) 5 anos de trabalho.

O professor Gilberto apresentou um panorama do quadro docente na universidade incluindo números sobre o tempo de serviço, regime de trabalho e categoria funcional. Salientou que a política de abertura de concursos para os docentes com mais de 15 anos foi a forma que a reitoria encontrou para enfrentar o problema dos precários e que essa etapa ainda não foi concluída.

Conforme já havia feito por ocasião do Seminário de Precários em 8 de abril, a advogada Maria Paula apresentou as idéias em estudo na reito-



Debate sobre precários promovido pela regional de Ribeirão Preto

ria de uma nova modalidade de contratação, o CAD (Contrato Administrativo Docente). Segundo essa nova modalidade, o contrato seria de 3 anos, renováveis por mais 3 ao fim do qual se encerraria. O docente que não se efetivasse nesse período receberia uma indenização nos moldes do fundo de garantia.

Os docentes presentes apresentaram suas opiniões

e questões que foram debatidas pelos participantes da mesa. Foi ressaltado que a reitoria não apresentou ainda a minuta do CAD para que a comunidade possa discutir seus detalhes. Quanto aos atuais precários, a reitoria não tem nenhuma proposta exceto a que sempre houve, se bem que esporádica, ou seja, a de fazer o concurso de efetivação.

Eleições renovam diretoria e CR

Com 667 votos, chapa Participação vence o pleito.

Para o CR, onze unidades elegem seus conselheiros.

Resultado das Eleições para o CR da Adusp

Unidade	Candidato Eleito	Mandato	Votos
ECA	Maria Otília Bocchini	Titular	15
EE	Márcia Ap. Ferreira de Oliveira	Titular	41
EE	Luciana de Almeida Colvero	Suplente	41
ESALQ	Sérgio Oliveira Moraes	Titular	25
ESALQ	José Nivaldo Garcia	Suplente	21
FFCLRP	Wagner Ferreira dos Santos	Titular	24
FFCLRP	José Marcelino de R. Pinto	Suplente	23
FFLCH	Leila Maria G. Leite Hernandez	Titular	55
FMVZ	Antônio César Fagundes	Titular	6
FMVZ	Stéfano Juliano T. Andrade	Suplente	6
FZEA	Sérgio Paulo Amaral Souto	Titular	12
IEE	Edmilson Moutinho dos Santos	Titular	6
IEE	Célio Bermann	Suplente	6
IO	Márcia Caruso Bicego	Titular	12
IO	Ilson Carlos A. da Silveira	Suplente	12
IP	Maria Luisa Sandoval Schmidt	Titular	12
IP	José Moura Gonçalves Filho	Suplente	12
IQ	Tibor Rabóczkay	Titular	4

Resultado das Eleições para a Diretoria da Adusp

	Chapa 1	Branco	Nulos	Total	Eleitores
ECA	15	1	0	16	130
EE	41	1	0	42	86
EEFE	3	0	0	3	26
EERP	32	0	0	32	59
EESC	0	0	0	0	84
EP	35	3	1	39	196
ESALQ	26	1	0	27	88
FAU	40	2	0	42	107
FCF	33	2	0	35	62
FCFRP	20	0	1	21	37
FD	3	0	0	3	57
FE	26	2	0	28	108
FEA	4	0	0	4	102
FFCLRP	26	1	2	29	79
FFLCH	60	3	2	65	342
FM	5	0	0	5	196
FMRP	23	2	0	25	140
FMVZ	10	0	0	10	41
FO	1	0	0	1	70
FOB	21	0	0	21	40
FORP	0	0	0	0	40
FSP	32	0	0	32	76
FZEA	14	2	0	16	32
IAG	12	0	0	12	28
IB	5	0	0	5	49
ICB	0	0	0	0	98
ICMSC	3	0	0	3	28
IEE	6	0	0	6	7
IF	57	2	1	60	125
IFSC	0	0	0	0	14
IGC	13	2	0	15	37
IME	58	8	0	66	131
IO	15	0	0	15	30
IP	13	0	0	13	82
IQ	6	0	0	6	59
IQSC	0	0	0	0	15
MZ	1	3	0	4	11
Sede	8	1	0	9	157
Total	667	36	7	710	3069

Comunidade universitária se manifesta contra ataque da Otan na Iugoslávia

Daniel Garcia

Cerca de 120 pessoas participaram de ato-debate contra os bombardeios da OTAN à Iugoslávia, na quarta-feira, 19 de maio, no anfiteatro Abraão de Moraes (IFUSP). Participaram como debatedores Tibor Raboczkay (IQ), Aleksandar Jovanovic (FEUSP), Nicolau Sevcenko (FFLCH), Osvaldo Coggiola (História e Adusp), Claudionor Brandão (Sintusp), Daniel Feldmann (DCE), e como mediador o presidente da Adusp, professor Jair Borin.

As intervenções não foram coincidentes na avaliação das origens do conflito (o problema nacional na ex-Federação Iugoslava) e da própria natureza da ação da OTAN, e dos EUA em especial. Mas foram todos coincidentes na conde-

nação dos ataques, do massacre de inocentes, dos seus objetivos políticos e do seu deflagramento ao arripio de toda legislação e legitimidade internacional. O público participou intensamente do debate, através de perguntas ou de intervenções, evidenciando a sensibilidade de toda a comunidade perante uma ação que põe em jogo o destino do mundo inteiro.

Em virtude da importância e da qualidade do debate, decidiu-se transcrevê-lo e fazer dele uma brochura de esclarecimento da comunidade universitária e de todo o movimento docente e público em geral. A brochura será editada em breve.

No debate foi convocada também uma manifestação



Debatedores (acima) e manifestantes (ao lado) condenam os bombardeios da Otan na Iugoslávia

contra a guerra em frente ao Consulado dos EUA em São Paulo, pela UMES (União Metropolitana de Estudantes Secundaristas). Aderiram à iniciativa todas as entidades presentes. O ato foi realiza-

do dia 21 de maio pela manhã. A demonstração foi realizada e evidenciou o repúdio das entidades vinculadas à educação de todo o estado ao ataque unilateral dos EUA nos Bálcãs.

CASO ZINSLY

Decisão do CO ainda não foi cumprida

Em sua reunião de março, o Conselho Universitário (CO) decidiu revisar as punições ao professor João Zinsly e a mais 3 funcionários da ESALQ.

Naquela reunião foi aprovado o efeito suspensivo da demissão mediante a apresentação de caução por parte dos punidos e caberia ao reitor a nomeação da Comissão Processante Revisora.

Os funcionários não foram ainda reintegrados e, segundo informações do gabinete do reitor, a mencionada comissão já foi formada, mas não se sabe se já iniciou seus trabalhos. Os punidos tentaram cumprir a determinação do CO sobre a caução apresentando nomes, propriedades e buscando tirar dúvidas sobre detalhes jurídicos da decisão.

O que se viu foi um festi-

val de "empurra-empurra" sobre quem era responsável sobre o assunto e a quem se deveriam reportar. Passados mais de dois meses da decisão do CO, fica a dúvida se a demora é intencional ou simplesmente ineficiência ou dificuldade burocrática. É necessário que a reitoria agilize todos esses procedimentos para que a decisão do CO não seja, na prática, desrespeitada.

Reajuste zero provoca protesto

Cerca de 80 pessoas participaram de manifestação em frente à reitoria, no último dia 27, contra a posição do Cruesp de não conceder aumento salarial para docentes e funcionários pelo menos até novembro. O reajuste requisitado pelo Fórum, de 16,4%, foi rejeitado pelo Cruesp sob alegação de que a arrecadação do ICMS está baixa e que 97% do orçamento das universidades estaduais paulistas já estão comprometidos com a folha de pagamento.

Carta

Depois de participar do debate da ADUSP sobre os vestibulares e o ENEM, li na Folha uma pequena notícia que me deixou intrigado. Reproduzo o título e um pequeno trecho inicial da notícia: "Enem será alternativa para o vestibular em 20 universidades' (...) Entre elas, a USP, Unicamp, e as PUCs de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro." (Folha, 29/05) Com esse destaque da participação dessas universidades, poderemos ter um imenso acréscimo no número de inscri-

ções, pois os vestibulandos sentiriam que poderiam ser prejudicados caso não fizessem o ENEM. Ademais, como a USP deverá decidir se incorpora ou não o ENEM apenas no final de junho e como as inscrições no ENEM serão de 7 a 18 de junho, sempre poderia haver alguém querendo argumentar que o grande número de inscrições justificaria a rejeição do recurso dos alunos e, assim, a USP deveria adotar o ENEM. Dessa forma, seria prudente e respeitoso aos próximos vestibulandos que a USP enviasse nota à

grande imprensa esclarecendo seu processo de decisão sobre a questão, além de que seria também prudente e transparente que o INEP/MEC (órgão responsável pelo exame) prorrogasse as inscrições para após a decisão da USP de modo a não ser suspeito de favorecimento de uma "indústria de exames". Finalizando, pergunto: a CESGRANRIO devolveria os R\$20,00 de inscrição aos que desistirem do exame caso a USP fique de fora e o INEP/MEC mantenha suas datas?

João Zanetic/IFUSP

GT EDUCAÇÃO

Vestibular e ENEM: o que você acha

Realizou-se no dia 28 de maio um debate sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do MEC e sua eventual utilização como nota adicional aos vestibulares da USP, tema que estará em discussão na próxima reunião do CO. Esse debate foi promovido pelo GT Educação da Adusp e contou com a participação de Myriam Krasilchik e Sandra M. Zákia L. de Souza, da Faculdade de Educação da USP, Luis Carlos de Menezes e Luiz Carlos Gomes, do Instituto de Física da USP.

Iniciando o debate, Luis Carlos de Menezes afirmou que as avaliações têm sido equivocadas e situou o ENEM como sinalizador pa-



Daniel Garcia

ra uma Escola Média que não seja propedêutica; Luiz Carlos Gomes ponderou que se a sociedade não encontrar mecanismos para melhorar a distribuição de renda o acesso à USP será restrito à elite e que a universidade pode ajudar a escola média através da utilização parcial dos resultados do ENEM; Sandra Zákia afir-

mou que os idealizadores do ENEM não mostraram a que ele veio e defendeu discutir seriamente propostas de democratizar o acesso ao Ensino Superior. Por último, Myriam Krasilchik disse que a incorporação do ENEM pela USP deveria ter sido discutida em todas as unidades e que a USP está perdendo uma ótima oportu-

A próxima reunião do GT Educação da Adusp será no dia 11 de junho, 6ª feira, das 16 às 19 horas, na sede da ADUSP. Faremos um balanço do debate de 28 de maio e a escolha de temas prioritários para discussão e a realização de novos debates.

tunidade para discutir seu exame de seleção. O debate foi gravado e sua íntegra deverá ser publicada em caderno especial da Adusp. Nesta página encontram-se breves sumários preparados pelos quatro participantes.

Sandra M. Zákia L. de Souza - Uma das questões que o ENEM coloca é: "que benefícios este Exame pode trazer aos alunos?" Realizado ao final do ensino médio, nas circunstâncias criadas pela adoção de políticas públicas que implicaram em baixo investimento no aparato escolar, na desqualificação da formação do professor, nos baixos salários, nas precárias condições de trabalho na escola, os testes vão medir o que? Esta situação global ou o desempenho do aluno nestas condições, APESAR destas condições? Será que é nesta direção que devem se voltar as preocupações do governo? ou isso não seria uma forma sutil de legitimar estas mesmas políticas? Afinal, sabe-se que a escolha de testes não é uma escolha de caráter técnico, mas político. O uso de testes pode servir aos fins que se pretende, uma vez que diferentes testes possuem diferentes virtudes. E, em consequência, não existe o melhor teste para medir TODAS as virtudes.

Mais importante que elaborar testes é investir em propostas de democratização do ingresso no ensino superior, que se fará melhorando a qualidade de formação nos níveis anteriores, e isto não se constrói em pouco tempo. Ao contrário do que pretende, o ENEM pode se constituir numa estratégia para aprimorar os critérios de exclusão da escola e do trabalho, na medida em que, a partir de uma visão individualizada e do incentivo à competição, incorpora a exclusão sem discuti-la.

Luiz Carlos Gomes - O aproveitamento dos resultados do ENEM como coadjuvante no processo de seleção de alunos ingressantes na USP, tem por objetivo, por um lado, apoiar um novo processo que visa avaliar o exercício da cidadania, calcado sobretudo em competências habilidades não estanques, por outro, a própria introdução destes critérios adicionais aos já utilizados pela FUVEST.

A forma aprovada pelo Conselho de Graduação da USP afeta a 1ª fase do vestibular em que, a nota de ENEM será computada com peso de 20% e o exame da FUVEST, com 80% desde que o resultado alcançado pelo aluno não rebaixe a nota final. Neste caso apenas a FUVEST será considerada, o que é também o caso apenas daqueles que não quiserem prestar o ENEM.

Esta decisão será implementada no vestibular do ano 2000 (1ª fase em nov./dez. de 1999) devendo ser obviamente, avaliada para o vestibular de 2001.

Luís Carlos de Menezes - Sendo imprópria a escola que só prepara para o ensino superior, ou o que só treina para um exercício profissional, está correta a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao estabelecer o ensino médio não como um degrau entre o fundamental e o superior, mas como etapa que completa a educação básica, formando para a vida em sociedade, não só para o trabalho.

Vestibulares voltados aos aspectos propedêuticos do aprendizado reforçam uma forma de ensino que se deseja superar e só credenciam o acesso a uma instituição. Faltava um exame para avaliar aquela formação mais ampla, que credenciasse nacionalmente sua conclusão. O Exame Nacional do Ensino Médio pretende suprir essa lacuna, permitindo ao estudante avaliar-se de forma voluntária, quantas vezes desejar, recebendo confidencialmente o perfil de habilidades e competências que revelou e não uma simples nota.

Uma universidade conceituada que inclua dados desse novo exame, como um dos elementos de avaliação de seus candidatos a ingresso, estará contribuindo para a revisão da escola média e afirmando que estar preparado para a cidadania é uma das condições para a vida acadêmica.

Myriam Krasilchik - A discussão sobre a utilização dos resultados do Enem para seleção de candidatos à ingresso na USP abrange vários aspectos. Um deles refere-se à legalidade da medida pois não houve modificação nos instrumentos estatutários e regimentais onde consta "exame vestibular" que está sendo substituído por "processo seletivo". Outro problema é a forma de tramitação e aprovação no Conselho de Graduação, sem a imprescindível discussão nos Departamentos e Congregações das unidades e no Conselho Universitário onde será agora objeto de decisão final em grau de recurso.

Outra questão é a própria estrutura e configuração do exame (voluntário e pago) cujas finalidades, forma de elaboração e aplicação demandam análise e levam a críticas que desaconselham sua utilização pela USP. Finalmente, envolve pela primeira vez nos vinte anos de exame vestibular da FUVEST um fator de diferença entre os candidatos determinando discriminações inaceitáveis. É essencial que a comunidade uspiana debata e tome posição em relação ao problema que atinge o cerne da vida universitária, nossos futuros alunos.